

CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO “JORNAL DA FAMÍLIA”

(Aprovada em reunião plenária de 19 de Dezembro de 2001)

1 – O Instituto da Comunicação Social solicitou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), em 01 de Agosto de 2000, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica “Jornal da Família”.

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

1.1 - Declaração do Director da publicação de que esta remetida por assinatura para todos os distritos de Portugal Continental e Ilhas e para os seguintes países: Alemanha, Áustria, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Inglaterra, Irlanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia, Suíça, África do Sul, Angola, Brasil, Califórnia, Cabo Verde, Canadá, Estados Unidos da América, Guiné Bissau, Indonésia, Macau, Moçambique, Venezuela, etc.

1.2 - Acompanham ainda o mesmo ofício um exemplar das edições nºs 460, 462 e 464 datadas respectivamente, de Março, de Maio e de Julho de 2000.

O nº 464 insere, na 1ª página, o seguinte Estatuto Editorial de acordo com o estipulado na Lei de Imprensa, onde entre outros, *“Compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional, O Jornal da Família prosseguirá como até então, a não prosseguir fins prevalentemente comerciais, e a respeitar a boa fé dos leitores, garantindo a objectividade possível no tratamento dos factos noticiosos.”*

2- Informa o periódico que se edita mensalmente e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas *“as publicações editadas em série contínua sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo”*, pelo que é uma publicação periódica.

3 – Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas *“as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português”* (...), (artigo 12º). Face à declaração mencionada em 1.1., *“Jornal da Família”* é uma publicação portuguesa.

4 – Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são *“aquelas que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso”*.

5865

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação ou notícias”.

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações “que tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter não especializado” e o nº 4 que são de informação especializada “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva.

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pelo tipo de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica “Jornal da Família” apresenta características de informação especializada.

5 – Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional “as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, (nº 1), publicações de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais” (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, “as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12º, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes” (nº3).

Dado o âmbito da sua difusão, considera-se que “Jornal da Família” é uma publicação de âmbito nacional.

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar “Jornal da Família” como publicação periódica, portuguesa, de informação especializada e âmbito nacional.

Esta classificação foi aprovada por unanimidade com votos de Fátima Resende (Relatora), Juiz-Conselheiro Armando Torres Paulo (Presidente), José-Garibaldi (Vice-Presidente), Artur Portela, Sebastião Lima Rego, Maria de Lurdes Monteiro e Jorge Pegado Liz.

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 19 de Dezembro de 2001.

O Presidente

Armando Torres Paulo
Juiz-Conselheiro

FR-IV/AMP